



Práticas educativas e saúde mental: rodas de conversas com socioeducadores da FASE/RS

Rafael Ribas; Lays leggle; Maurício Perondi

Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FASED/UFRGS

E-mail: rafa.ribas.moreira@gmail.com

Resumo

O artigo refere-se às formações no formato de rodas de conversas realizadas pelo Observatório da Socioeducação, em parceria com a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS), para os socioeducadores da mesma instituição. Esses encontros ocorreram nos anos de 2023 e 2024 e tiveram como objetivo dialogar sobre o viés educativo do trabalho do socioeducador, relacionando-o à Pedagogia da Presença. A escolha por esta proposta metodológica se deu pelo fato de que rodas de conversas propiciam aos participantes o protagonismo da atividade. Constatou-se que as rodas demonstraram-se como uma metodologia eficiente para produção de reflexividade e promoção da saúde mental. Nos resultados, sobressaiu-se o reconhecimento da identidade profissional enquanto educadores, a valorização de práticas educativas e pedagógicas que já acontecem naquele contexto, bem como o fortalecimento da autoestima dos socioeducadores.

Palavras-chave: roda de conversa; socioeducador; práticas educativas; reflexividade; saúde mental.

Resumen

El artículo se refiere a las formaciones en formato de círculos de conversación realizadas por el

Observatório de Socioeducação, em colaboração com a Fundação de Atenção Socioeducativa de Rio Grande do Sul (FASE/RS), para los socioeducadores de la misma institución. Estas reuniones tuvieron lugar en los años 2023 y 2024 y tenían como objetivo dialogar sobre el sesgo educativo del trabajo del socioeducador, relacionándolo con la Pedagogía de la Presencia. La elección de esta propuesta metodológica se debió al hecho de que las rondas de conversación permiten a los participantes protagonizar la actividad. Se constató que las rondas demostraron ser una metodología eficaz para generar reflexividad y promover la salud mental. En los resultados, destacó el reconocimiento de la identidad profesional como educadores, la valoración de las prácticas educativas y pedagógicas que ya se llevan a cabo en ese contexto, así como el fortalecimiento de la autoestima de los socioeducadores.

Palabras clave: círculos de conversación; socioeducador; prácticas educativas; reflexividad; salud mental.



Figura 1 - Logo CIESS.

Fonte: Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação.

Introdução: uma breve contextualização sobre as medidas socioeducativas

O Observatório da Socioeducação é um projeto de extensão que visa à produção, sistematização e difusão de conhecimento sobre socioeducação e temáticas afins, como juventude e justiça juvenil. É também um dos projetos que integram o Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação (CIESS), órgão auxiliar da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nos anos de 2023 e 2024, o Observatório esteve envolvido em formações realizadas com socioeducadores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS). Contudo, antes de discorrer sobre a experiência vivenciada, cabe contextualizar o cargo de socioeducador e as medidas socioeducativas.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, as crianças e os adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento, ao qual devem ser garantidos, com prioridade absoluta, os demais direitos constitucionais, sendo esta uma responsabilidade do Estado, da família e da sociedade. Tal concepção sobre a criança e o adolescente acontece em um contexto global de mudança de tratamento para com o adolescente em conflito com a lei (Fonseca, 2003), representando, no Estado brasileiro, a mudança do Código de Menores, que tratava do paradigma da situação irregular para o paradigma da Proteção Integral. Destarte, o ECA originou-se concebendo as medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente em conflito com a lei (Brasil, 1990), as quais têm por objetivos: I) a responsabilização do adolescente sobre o ato infracional; II) a integração social do adolescente; e III) a desaprovação da conduta infracional (Brasil, 2012).

Na prática, essa mudança de paradigma significou que os adolescentes que outrora poderiam ser internados em estabelecimentos correccionais sem

viés educativo agora deveriam passar pelo devido processo judicial até a definição de qual medida socioeducativa será aplicada a ele, considerando que, independentemente de estar em conflito com a lei, todos os seus direitos devem ser protegidos e garantidos, inclusive o direito à educação.

O ECA prevê seis medidas socioeducativas:

I) advertência; II) reparação de danos; III) liberdade assistida; IV) prestação de serviço à comunidade; V) semiliberdade; e VI) internação. As duas últimas incidem com maior grau no direito de ir e vir do adolescente, sendo categorizadas como “medidas de meio fechado”, enquanto as demais são “medidas de meio aberto”. A gestão do meio aberto está atrelada aos municípios, enquanto o meio fechado está sob responsabilidade das unidades federativas. No caso do Rio Grande do Sul, a FASE é a instituição responsável pela gestão das unidades socioeducativas de semiliberdade e internação.

o socioeducando é privado de liberdade e precisa se adequar às regras de convivência da unidade e aos padrões de horários para as atividades, sejam elas escolares, de lazer ou de descanso.

Tendo em vista que estão privados de liberdade, pode-se dizer que o contato mais frequente que têm com o mundo externo está na interação com os socioeducadores. Estes são os trabalhadores da ponta do sistema socioeducativo, cujas atribuições contemplam a preservação da integridade física dos adolescentes - bem como dos demais funcionários - e, ainda, o oferecimento de atividades pedagógicas (Sinase, 2006). São eles, então, os adultos que por mais tempo permanecem junto aos socioeducandos, acompanhando-os em suas atividades na unidade e em eventuais saídas, como idas a audiências, por exemplo.

No que tange ao trabalho do socioeducador, cabe pontuar que o professor Antonio Carlos Gomes da

Costa formulou o conceito da Pedagogia da Presença para fundamentar sua atuação (Costa, 1991). Esta pedagogia foi desenvolvida a partir do trabalho prático de Costa na direção de uma casa para “meninas infratoras” em Minas Gerais. Assim, é um conceito que se embasa, sobretudo, na prática cotidiana do trabalho.

Posto isso, a Pedagogia da Presença, como sugere o nome, refere-se a presença como conceito-chave, indicando que fazer-se presença construtiva na vida do adolescente em conflito com a lei é a tarefa fundamental, e talvez mais árdua,

do socioeducador. Influenciada pelas concepções freirianhas de emancipação crítica, a educação existente na relação entre (socio)educador e (socio)educando almeja o desenvolvimento de novos repertórios para o adolescente, uma nova forma de relacionar-se com o mundo e consigo mesmo.



Figura 2 - Logo do Observatório da Socioeducação.

Fonte: Observatório da Socioeducação.

A internação, os socioeducadores e as rodas de conversa

A medida de internação é destinada aos adolescentes que são reincidentes ou que cometeram atos infracionais considerados de maior gravidade. Nela,

1. Expressão utilizada antes do Estatuto da Criança e do Adolescente

Pressupõe, então, que o socioeducador atue a partir do que o adolescente é, do que ele sabe e do que ele pode; ou seja, coloca-o no centro de sua atuação com todas suas potencialidades (e não o reduz a um ato infracional). O vínculo positivo se torna um instrumento vital para o trabalho. A autoridade do socioeducador é construída pela reciprocidade e pelo respeito na relação. Além disso, o socioeducador precisa saber que ele é o adulto da relação, um adulto para o qual o adolescente está a todo momento olhando e buscando referências. Desse modo, a maneira que o socioeducador se porta diante das situações, independente de quais sejam, educam de alguma forma – seja ela positiva ou negativa. Eles estão sempre sendo observados pelos socioeducandos, que aprendem com esses momentos, inclusive sobre a coerência entre as palavras ditas e as ações feitas.

Outrossim, essa pedagogia também atribui aos “pequenos nada” uma importância fundamental para o vínculo que está sendo desenvolvido. Esses “pequenos nada” dizem respeito à pequenas atitudes e ações que, à primeira vista, parecem insignificantes, mas vão reverberando no adolescente, como um abraço, uma pequena conversa, um breve elogio, um gesto como oferecer um casaco ou uma comida; ações que vão culminando na confiança e no respeito direcionados ao socioeducador. Todavia, não é possível simplesmente assumir que estas orientações são cumpridas na execução das medidas socioeducativas.

Almejando investigar essa questão, em 2022, o bolsista do Observatório da Socioeducação realizou seu trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em Ciências Sociais. A pesquisa, intitulada “A atuação educativa e pedagógica dos agentes socioeducadores: pesquisa bibliográfica na socioeducação” (Ribas, 2022), analisou as únicas 16 produções sobre o tema encontradas em todo o território nacional e constatou semelhanças entre instituições socioeducativas de privação de liberdade de variados estados brasileiros. Entre as semelhanças estavam: o alto estresse a que os

socioeducadores estão submetidos; o sentimento de desvalorização profissional; a não identificação enquanto educadores; e a realização de práticas educativas e pedagógicas, ainda que elas ocorram espontaneamente.

No intuito de promover um retorno dessa pesquisa para a comunidade, e hipotetizando que os socioeducadores da FASE poderiam estar vivenciando as mesmas situações encontradas no trabalho, o Observatório entrou em contato com a instituição para apresentá-lo aos seus socioeducadores e promover um diálogo sobre as práticas existentes. Em 2023, com a autorização para realizar tal atividade, a equipe do Observatório dedicou-se a planejar a melhor forma de conduzi-la. Assim, foi adotada a metodologia formativa de rodas de conversa, uma vez que ela proporciona aos integrantes maior protagonismo e espaço para partilhar suas vivências individuais e coletivas (Pinheiro, 2020). Os participantes podem manifestar concomitantemente suas impressões, opiniões e conceitos sobre o tema proposto, permitindo que existam espaços para reflexividade sobre as manifestações do grupo (Melo e Cruz, 2014).

As rodas de conversa foram estruturadas em quatro etapas: I) momento inicial de integração; II) apresentação do trabalho de conclusão de curso; III) discussões sobre as reflexões provocadas; IV) escrita sobre uma ação educativa que o socioeducador tenha vivenciado em sua atuação. Como objetivos, as rodas pretendiam: proporcionar espaço de reflexão sobre as práticas educativas dos socioeducadores à luz da Pedagogia da Presença; promover o reconhecimento e valorização da identidade do socioeducador enquanto educador social; e promover espaço de escuta e compartilhamento de saberes.

Em 2023, foram reservadas quatro datas para as formações, inseridas entre os meses de novembro e dezembro. Como a metodologia previa apenas um encontro, as quatro datas significaram quatro grupos de formação. O primeiro grupo foi composto por vinte socioeducadoras do Centro de

Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF) que, devido a uma medida judicial, estavam afastadas da unidade. Por essa razão, cumpriam um cronograma de formações no qual nossa proposta de rodas de conversa compôs o final do ciclo. Com exceção desse primeiro grupo, cuja presença foi compulsória, os demais eram preenchidos facultativamente. Assim, acolhendo socioeducadores de diferentes unidades, os outros três grupos contabilizaram onze, oito e três integrantes. Além dos socioeducadores, compuseram cada grupo três integrantes do Observatório e de outros projetos do CIESS, com docentes e bolsistas, e duas integrantes da equipe de analistas da FASE (destaca-se que, apesar de a proposta estar registrada como ação de extensão do Observatório, participaram integrantes de outros projetos do CIESS, como forma integrada de desenvolver o projeto). As rodas foram mediadas pelo bolsista do Observatório, Rafael Ribas, autor do trabalho de conclusão.

Ao final dos encontros, os socioeducadores pediram que essa formação continuasse no próximo ano, ressaltando o sentido e a importância da formação desenvolvida. Esse pedido foi reforçado nos meses seguintes por mensagens via contato pessoal entre os próprios trabalhadores da FASE e os integrantes do Observatório. Logo, em 2024, em contato com a administração da instituição, recebemos a autorização para a realização das novas formações.

De modo a propiciar maior espaço para reflexividade e com o intuito de produzir um material escrito que pudesse sistematizar os saberes dos socioeducadores, bem como servir como material orientador para as práticas dos próximos servidores do sistema socioeducativo, foi feita a proposição da escrita de cartas pedagógicas. As formações foram estruturadas em dois encontros por grupo: o primeiro encontro manteve a estrutura do ano anterior, diferenciando-se apenas ao planejar

um momento de sensibilização para a escrita das cartas pedagógicas. O segundo encontro, previsto para ser realizado um mês após o primeiro, estava reservado para o compartilhamento das escritas. Assim, em 2024 formaram-se quatro grupos com cerca de treze, onze, nove e quatro socioeducadores. Pela riqueza de reflexões iniciais, este artigo se debruça sobretudo nas rodas de conversa e seus



Figura 3 - Momento inicial de integração.
Fonte: Observatório da Socioeducação.

resultados, concentrando-se na análise somente das rodas de 2023 e dos primeiros encontros de 2024, que integraram aproximadamente 70 socioeducadores.

Resultados e reflexões

Dentre as reflexões despertadas, inicia-se com um importante fato: as expectativas dos sujeitos envolvidos. Ou seja, o que se esperava encontrar nos socioeducadores, assim como o que eles esperavam encontrar no grupo do Observatório, que representava, de certa forma, a Universidade. Visto que o trabalho de conclusão apontava para um baixo índice de autorreconhecimento dos socioeducadores enquanto educadores, e uma forte identificação com aspectos de segurança, acreditava-se que participariam trabalhadores que reivindicam uma identidade sob o prisma da segurança. Hipotetizava-se que não estariam dispostos a dialogar sobre o trabalho educativo que, talvez, não fosse uma realidade tão presente. Grata, porém, foi a surpresa ao encontrar socioeducadores que defendem o seu papel fundamental no cumprimento da medida socioeducativa enquanto educadores.

Por outro lado, os socioeducadores, no momento inicial de integração, quando falavam sobre suas expectativas para a formação, e no momento final, quando comentavam sobre as impressões que a atividade deixou, comentavam sobre a ideia que tinham de integrantes da Universidade, propondo uma formação dentro da FASE. Eles estavam muito atrelados a uma ideia vertical, onde a academia estaria lá para os ensinar o que fazer, assumindo que eles não saberiam fazer o trabalho designado para o cargo, ignorando completamente qualquer saber tácito embasado na prática cotidiana que poderiam ter. Felizmente, também, foi a quebra de expectativa referente à participação do Observatório no modo de conduzir a formação. Buscou-se, a todo instante, deixar nítido para eles que se desajava ouvir sobre a experiência que vivenciam no cotidiano e o saber produzido por essa experiência – algo que reverberou positivamente na autoestima deles enquanto trabalhadores.

Em 2024, alguns socioeducadores que participaram das rodas de conversas do ano anterior retornaram para as novas formações, demonstrando como elas tiveram um efeito positivo sobre eles. Percebeu-se isso, também, ao recebermos mensagens pessoais de alguns socioeducadores entre 2023 e 2024, pedindo o retorno das atividades. Assim, o Observatório comprometeu-se a atender esses pedidos.

Na retomada das atividades, novos socioeducadores integraram os grupos. Mesmo os que não haviam participado em 2023 mostraram-se bastante receptivos às propostas, influenciados pelos resultados positivos das primeiras formações, que tanto ouviram os colegas comentarem. Novamente, na medida em que o trabalho de conclusão de curso era apresentado, os socioeducadores iam se identificando com os pontos em comum com a pesquisa bibliográfica, sentindo-se reconhecidos; compartilharam suas impressões, inferências e desabafos.

Posto isso, salienta-se que algo compartilhado pelos grupos, embora distintos, é o estigma que sofrem pela instituição. Eles relatam serem vistos e tratados como torturadores, violentadores de adolescentes e, tratados dessa forma, seus saberes sobre o desenvolvimento dos adolescentes não são valorizados. Foi evidente para a equipe do Observatório como esse estigma afeta a saúde mental dos socioeducadores. Não foram raros os casos em que, ao desabafarem sobre como se sentem “violentados” pela instituição, choraram compulsoriamente e, ao chorar, foram acolhidos pelos colegas na roda que compartilhavam do mesmo sentimento. Por conseguinte, ressaltaram a importância daquele espaço onde podiam falar sem receios sobre suas vidas laborais. Espaços, segundo eles, raros – se não inexistentes – dentro da FASE. Muitos trouxeram à tona o estresse que vivenciam na função de socioeducador e, em diversos momentos, repetiam a frase “só quem é da FASE sabe”.

Sendo assim, pelo desejo de se afastarem do rótulo de torturadores que se tem sobre suas atuações, explicitaram práticas cotidianas que vivenciavam

junto aos adolescentes. Um exemplo notório ocorreu no primeiro grupo: as afastadas do CASEF estavam “marcadas” dentro da instituição por todos saberem que agora passavam por um processo de “reciclagem”, em ciclos de formação. O motivo dos afastamentos se deu por denúncias generalizadas de maus-tratos. Contudo, ao poderem falar sobre esse evento em suas vidas, compartilharam histórias de afeto e cuidado para com as adolescentes.

Paulatinamente, o que já era sabido pelos socioeducadores passou pelo Observatório nas interações da roda. A experiência realizada dá a entender que, de modo geral, a FASE não conhece detalhadamente o trabalho de seus próprios socioeducadores. Pode-se supor que, se não conhece, é porque deliberadamente escolhe não conhecer, afinal, são vastas as possibilidades de se aproximar da ponta de atuação de seus funcionários. Da mesma forma, constatou-se que o trabalho entre Judiciário, gestão da FASE, equipe de especialistas e equipe de socioeducadores está visivelmente fragmentado. Nesses fragmentos, talvez sejam os socioeducadores aqueles com menor poder político para se fazerem vistos e ouvidos.

No que concerne à formação profissional, partilharam que o trabalho que exercem é aprendido na prática. As capacitações iniciais que receberam duraram, no máximo, uma semana, tempo insuficiente para aprender o trabalho com profundidade. As demais capacitações centravam-se em aspectos de segurança, como, por exemplo, a contenção dos adolescentes e como algemá-los. Ou seja, as orientações institucionais especificamente educativas eram desconhecidas pelos socioeducadores. Quando as capacitações focam nos aspectos de segurança em detrimento do educativo, isso diz muito sobre o que a instituição espera de seus funcionários.

Entretanto, convém dizer que a segurança é algo imprescindível para o cargo do socioeducador, porém não o único elemento ao qual devem ser dedicados os esforços da instituição e dos próprios trabalhadores. Os grupos ressaltaram a busca

pelo equilíbrio entre a disciplina e o educativo como o aspecto mais importante de sua função. A disciplina está atrelada ao conceito de limites que precisam ser estabelecidos — limites pedagógicos, estabelecidos pelo vínculo entre o adulto e o adolescente.

Tendo isso em vista, a equipe do Observatório buscou explicitar o conceito de Pedagogia da Presença (Costa, 1991) e fazer provocações aos grupos no que tange às reflexões sobre ações educativas praticadas no cotidiano, algo que eles mesmos já tinham mencionado espontaneamente. Intentou-se, então, dialogar a partir dos “pequenos nada” que existem em suas atuações e foram trazidos à roda por eles. Sobressaíram diversos relatos acerca de afetos e cuidados com os adolescentes.

Ademais, houve relatos referentes à vulnerabilidade encontrada nos socioeducandos: a surpresa de encontrar um jovem que não sabia como tomar banho e ter que, naquele momento, ensiná-lo algo tão básico na vida cotidiana; aniversários de jovens comemorados durante a internação, alguns sendo celebrados pela primeira vez em sua existência; palavras de carinho trocadas; campeonatos de futebol e xadrez. Situações variadas que reverberaram positivamente e construíram vínculos entre socioeducadores e socioeducandos. Segundo os trabalhadores, tais ações educativas vinculadas à presença construtiva do socioeducador foram aprendidas na prática cotidiana e na observação e aconselhamento de colegas mais velhos.

No final dos encontros, agradeciam pela oportunidade de falar sobre o próprio trabalho, sobre seus saberes e pela iniciativa do Observatório em ouvi-los e conhecer o que realmente fazem na FASE. Concomitantemente, o projeto reafirmava a percepção de seu trabalho como educadores sociais, algo que ressoou com as percepções que eles mesmos tinham.

Considerações finais

Os socioeducadores vivenciam uma rotina

estressante, mas muitos não deixam de se dedicar em prol do objetivo da medida socioeducativa: promover o desenvolvimento de novos repertórios para os adolescentes. Ainda assim, é nítido o sentimento de desvalorização sentido pelos profissionais. Sentem-se não somente não reconhecidos, como também estigmatizados pela instituição socioeducativa e pelo Poder Judiciário do Sistema Socioeducativo. Todavia, ainda assim, diversos resistem e trabalham tendo o adolescente como sujeito central de suas atuações. Atuam a partir do vínculo positivo com os socioeducandos; porém, essa atuação ocorre por iniciativa dos socioeducadores.

Os que se entendem como educadores aprenderam na prática e com os colegas mais velhos a “socioeducar”, e não apenas a “bater cadeado”, enquanto, muitas vezes, eram menosprezados por colegas que não acreditam na Socioeducação. Dessa forma, muitos precisam ser quase “autodidatas”, haja vista o fato de a instituição potencializar mais os aspectos de segurança em suas capacitações. Além disso, a instituição apresenta dificuldade em escutar e valorizar os saberes dos socioeducadores sobre o processo de desenvolvimento dos adolescentes e não constrói espaços de escuta e reflexão para que possam partilhar vivências e experiências.

Desse modo, as rodas de conversa demonstraram ser uma metodologia com muito potencial em promover a saúde mental dos socioeducadores, sendo um espaço de escutas e de partilhas. Além disso, possibilitaram espaços de reflexividade acerca da própria experiência. Ainda que os socioeducadores se entendam como educadores, suas práticas carecem de maior conscientização e intencionalidade — algo que só irá acontecer quando puderem parar para refletir sobre a prática. Por enquanto, esses espaços inexistem, e os socioeducadores ficam presos à rotina de funcionamento da instituição. Para ratificar esse fato, disseram que não tiveram outros espaços de escuta para eles no intervalo das rodas de 2023 e 2024.

Portanto, conclui-se que as atividades extensionistas do Observatório proporcionaram um espaço potente e necessário para a reflexão sobre as ações educativas dos socioeducadores e suas condições de trabalho. Essas ações provocaram um sentimento de valorização profissional para os socioeducadores e promoveram, ainda que de maneira incipiente, a promoção da saúde mental. Desse modo, ressalta-se a urgência de mais espaços de trocas e escutas serem desenvolvidos para os socioeducadores, uma vez que viabilizam a construção da autoestima dos trabalhadores, qualificam a atuação educativa e, ainda, socializam boas práticas socioeducativas. ◀

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jan. 2012.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. *Por uma pedagogia da presença*. Brasília: Governo do Brasil, 1991.

FONSECA, Claudia. Os direitos da criança: um diálogo com o ECA. In: FONSECA, Claudia; TERNO, Veriano; ALVES, Caleb (orgs.). *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. -.

MELO, Maria Cristina Henares de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de conversa: uma proposta metodológica para construção de um espaço de diálogo no ensino médio. *Imagens da Educação*, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

PINHEIRO, Leandro R. Rodas de conversa e pesquisa: reflexões de uma abordagem etnográfica. *Pro-Posições*, Campinas, v. 31, p. e20190041, 2020.

RIBAS, Rafael. *A atuação educativa e pedagógica dos agentes socioeducadores: pesquisa bibliográfica na socioeducação*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SINASE. *Sistema Nacional Socioeducativo*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.